

A integração na América Platina: uma análise das disparidades regionais

Maria Carolina Graciano Sugahara²³

carolsugahara@hotmail.com

Graduanda em Geografia – UNESP Rio Claro/IGCE

Introdução

A América Platina, região pertencente à América do Sul localizada na Bacia do Rio da Prata²⁴, compreendendo os países Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, foi um campo fértil de tensões e hostilidades entre portugueses e espanhóis na época colonial. Caminhando para a autonomia política após os conflitos testemunhados na Europa com as guerras napoleônicas, a América Platina procurou materializar sua independência através das linhas político-administrativas determinadas anteriormente pela Espanha e Portugal (DORATIOTO, 2012). No entanto, novas circunstâncias políticas e territoriais foram se estabelecendo, culminando na balcanização da região e em rivalidades regionais (NOGUEIRA, 2015).

É importante compreender que a Bacia do Rio da Prata é a região de maior potencial geoeconômico de todo subcontinente (NOGUEIRA, 2015), uma vez que “possui uma superfície de 3.200.000 km² e 18% da área total da América do Sul” (OLIVEIRA, 2008, p. 61) e é formada pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Passando pelo terreno mais fértil do território sul-americano, somado ao clima e ao terreno composto de planícies, a região oferece condições excelentes para a exploração agropecuária e para a navegabilidade e escoamento de mercadorias. Representa, também, uma saída para o mar em direção à costa atlântica sul-americana (NOGUEIRA, 2015), o que torna facilmente entendíveis os conflitos geopolíticos em torno da bacia: a criação do Vice Reino do Prata pela Espanha (1776); a invasão, domínio e construção da Colônia do Sacramento (1678-1679) e anexação da Província da Cisplatina (1821) – o atual Uruguai – pelo Brasil; a Guerra do Prata (1851), entre Argentina e Brasil; e mais importante, a Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), que representou uma tentativa do Estado paraguaio, encravado no continente, em conseguir uma saída atlântica. (DORATIOTO, 2012).

Esses conflitos vão acompanhar todo o processo de construção dos Estados nacionais platinos (DORATIOTO, 2012). Apesar das fronteiras fluviais estarem atualmente

²³ Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) da Geografia e estudante no Programa Institucional de Iniciação Científica sem Bolsa da UNESP (PIBIC – PROPe).

²⁴ Geograficamente, a bacia se estende por cinco países: Argentina (32,3%), Brasil (44,2%), Bolívia (6,44%), Paraguai (12, 7%) e Uruguai (4,4%) (OLIVEIRA, 2015). No entanto, pela falta de material bibliográfico que assegure uma definição própria da América Platina, englobando os aspectos políticos, econômicos e sociais, considerou-se para os objetivos dessa pesquisa apenas o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai para a compreensão da América Platina. A exclusão da Bolívia se deu por conta do Estado Boliviano ser um país ambíguo, com uma parte rio-platense e outra andina (AZAMBUJA, 2012), sendo que ela – no que consta a integração econômica-comercial e política – possui mais relações com os países andinos, tais como o Chile, o Peru, o Equador, etc.

estabilizadas, elas continuam a marcar fortemente a geografia política da América Platina. Inicialmente como meio de comunicação e comércio, depois também como fonte de energia, o uso compartilhado das águas fluviais sempre esteve no centro das questões fronteiriças e de integração da região.

Além das condições geográficas peculiares, as assimetrias das sociedades produzidas pelos portugueses e espanhóis resultaram em conflitos políticos entre conservadorismo e modernidade, conduzindo processos de guerras civis, revoluções e golpes de Estado (NOGUEIRA, 2015). Essas assimetrias podem ser verificadas até os dias atuais, dificultando, muitas vezes, a pauta da integração regional. Apesar de compartilharem de um mesmo passado e de desafios políticos e econômicos similares, a integração na América Platina apresentou avanços e retrocessos, marcada por rivalidades e alianças com outras potências, destacando-se, principalmente, as situações de disputa pela preferência dos Estados Unidos.

Nesse sentido, o MERCOSUL foi uma importante contrapartida ao alinhamento norte-americano, já que “representava o desafio de construir uma estratégia de inserção internacional que garantisse margens de ação suficientes para enfrentar as investidas norte-americanas e europeias na América do Sul” (NETO et al., 2014, p. 39). Contudo, é necessário dar a devida atenção às questões referentes ao tratamento de assimetrias econômicas, sociais e políticas entre os países membros, afim de evitar descontentamentos e acordos individuais de livres comércio com países extrarregionais.

Diante dessa perspectiva, é fundamental considerar os efeitos da expansão da maior economia sul-americana – a do Brasil – e o crescente diálogo dos fluxos nas fronteiras com o restante dos países platinos, uma vez que o desempenho brasileiro reflete positivamente ou negativamente nos indicadores macroeconômicos das “pequenas economias” ao redor (SOUZA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2010).

Visto isso, este trabalho elencou algumas variáveis dos países Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, tais como: a) Área total; b) População total; c) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); d) Porcentagem da população total que vive com menos de 1,90 dólar por dia; e) Produto Interno Bruto (PIB); e f) Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar das limitações objetivas deste artigo, essa pesquisa busca ampliar as perspectivas acerca dos desafios de integração econômica regional nos países platinos.

Objetivos

Este trabalho buscou ilustrar a análise acerca das disparidades entre países platinos e os desafios impostos para a integração regional, uma vez que as relações de vizinhança entre esses países correspondem em reafirmação e/ou negação de um projeto político de integração econômica regional.

Metodologia

Como estratégia de pesquisa, foi realizada a fundamentação bibliográfica (livros, teses, dissertações, periódicos, jornais, etc.) acerca dos apanágios centrais dos países envolvidos – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – e de seus processos históricos de integração, bem como composição de base de dados retirados de fontes oficiais (FMI, World Bank) e elaboração de tabelas e gráficos, analisados de forma a confrontar as assimetrias estruturais e o desempenho econômico dos países.

Resultados preliminares

A hidropolítica²⁵ do Prata sempre esteve posta como uma questão central no jogo de poder regional e como fator de pacificação da região, tendo a relação Brasil-Argentina como principal vetor geopolítico, já que esses países vão polarizar disputas tanto pela liderança regional como também por áreas de influência, principalmente com relação aos Estados-Tampão (Uruguai e Paraguai), que por conta de seu tamanho reduzido, vão estar sempre oscilando entre os dois países maiores (QUEIROZ, 2011, p. 56).

As rivalidades em torno da bacia prevaleceram até a década de 1960, quando se verifica uma maior perspectiva de comunicação e união, superando a ideia de confrontação (OLIVEIRA, 2015), uma vez que “o crescimento demográfico, a urbanização e o processo de industrialização levaram os países da Bacia do Prata a levantar as possibilidades do uso das suas águas para o fomento do desenvolvimento econômico” (SILVA, 2017, p. 144).

Marcos neste processo são a Declaração de Uruguiana (1961), na qual se abordou a questão do aproveitamento hidrelétrico do Salto de Sete Quedas; a publicação da Ata das Cataratas (1966) anunciando os estudos entre Brasil e Paraguai, que resultariam no Tratado de Itaipu, em 1973, e posterior construção da Hidrelétrica de Itaipu; a Declaração Conjunta de Buenos Aires (1967); a Ata de Santa Cruz de la Sierra (1968); e finalmente, o Tratado do Rio do Prata (1969), contribuindo para a busca de um desenvolvimento harmônico e equilibrado entre os países platinos (VILLELA, 1984).

Contudo, em um contexto geral, ao longo do século XX “o desenvolvimento da

²⁵ De acordo com Queiroz (2011, p. 3), o termo *hidropolitica* designa “as dinâmicas multisetoriais, cooperativas e/ou conflitivas, oriundas das relações de interdependência que se estabelecem entre aqueles atores que, em alguma medida, impactam e/ou são impactados pelos usos de recursos hídricos internacionais,” considerando que seus usos atuam como um recurso de estabilidade geopolítica de um dado espaço.

integração sul-americana seguiu tendências guiadas a partir de ordens mundiais vigentes” (PIERI, 2014, p. 41). Principalmente no período da Guerra Fria, marcado pelo contexto bipolar, os países sul-americanos passaram por uma sucessão de ditaduras²⁶ fortemente anticomunistas, o que ampliou as condições de isolamento e a falta de comunicação entre os países. Do ponto de vista geopolítico, tinha-se “um continente completamente fragmentado e com sérios dilemas de segurança” (PIERI, 2014, p. 42). Assim, é apenas com o fim generalizado das ditaduras militares, aliado ao processo de redemocratização na América do Sul, que as rivalidades e ressentimentos históricos entre países deram lugar a instituições de caráter cooperativo e à reaproximação dessas nações entre seus líderes civis (PIERI, 2014, p.27-28).

No caso da América Platina, essa aproximação avançou com o Tratado de Assunção (1991), formalizando a criação do MERCOSUL. Após o fim dos governos militares, os países platinos passaram por uma série de problemas – crise de dívida pública, hiperinflação, alta taxa de juros, desvalorização da moeda, etc. – e a integração regional surge como uma condição para o desenvolvimento (RODRIGUES, 2016). Contudo, como já pontuado, um fator de descontentamento frequentemente manifestado pelos sócios menores, como Uruguai e Paraguai, diz respeito às assimetrias econômicas e políticas entre os países do bloco, principalmente pela posição cada vez maior da economia brasileira a partir de 2003 (SOUZA; BISETTO; BARROS, 2017). Isso por que o MERCOSUL surge em um contexto marcado pelo apogeu do neoliberalismo, a partir de uma visão mercantil do desenvolvimento baseada na criação de um bloco econômico-comercial, marginalizando os aspectos sociais, políticos e estruturais (RODRIGUES, 2016).

Diante disso, verifica-se que as crescentes disparidades entre tamanho e riqueza, muitas vezes determinam em parte a capacidade dos Estados de se beneficiarem com uma maior integração econômica. Isso por que o dinamismo do bloco é em grande parte dependente do comércio bilateral Brasil-Argentina, que explicam 97% do PIB do bloco (PEREIRA, 2011). Ainda, os sócios menores sofrem com as influências externas dessas economias: a desvalorização do real, em 1999, e a crise da Argentina, em 2001, provocou grave impacto na sociedade uruguaia e paraguaia, que dependiam do sucesso das políticas de estabilização dos parceiros maiores (BAUMMAN; MUSSI, 2006).

Alguns indicadores podem ser utilizados para esclarecer essa discussão. Primeiramente, com relação à área: o Brasil é 3 vezes maior que a Argentina, 20,9 vezes maior que o Paraguai e 48,3 vezes maior que o Uruguai. A Argentina, por sua vez, é 6,8 vezes maior que o Paraguai e 15,7 vezes maior que o Uruguai. A grande maioria da população do Mercosul também é brasileira, seguida pela Argentina, Paraguai e Uruguai.

²⁶ Na América Platina, os períodos ditatoriais atingiram todos os quatro países: Brasil (1964-1985), Argentina (1966-1973), Uruguai (1973-1985) e Paraguai (1954-1989).

Tabela 1 – Área total (km²)

Países	População
Brasil	209.288.278
Argentina	44.271.041
Uruguai	3.456.750
Paraguai	6.811.297

Fonte: FMI (World Bank)

Tabela 2 – População Total

Países	Área (km²)
Brasil	8.515.770
Argentina	2.780.400
Paraguai	406.750
Uruguai	176.220

Fonte: FMI (World Bank)

No entanto, diferentemente do que ocorre em outros blocos comerciais (como a União Europeia), no Mercosul não se tem uma proporcionalidade entre tamanho, riqueza e desenvolvimento social (SOUZA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2010). A Argentina e o Uruguai possuem os maiores índices de desenvolvimento humano, com 0,82 e 0,79 em 2015, respectivamente, assim como a menor porcentagem da população abaixo da linha da pobreza internacional – 0,6% e 0,1% em 2015.

Tabela 3 – Índice de desenvolvimento humano (IDH) (1990-2015)

Países	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Brasil	0,610	0,649	0,685	0,698	0,724	0,754
Argentina	0,705	0,731	0,771	0,782	0,816	0,827
Uruguai	0,692	0,711	0,742	0,756	0,780	0,795
Paraguai	0,580	0,606	0,624	0,648	0,675	0,693

Fonte: FMI (World Bank)

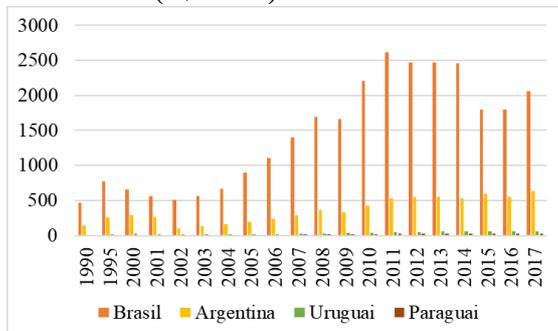
Tabela 4 – Porcentagem da população total que vive com menos de 1,90 dólar por dia (2006-2009; 2011)

Países	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	7,2	6,8	5,6	5,4	4,7	3,8	3,8	2,8	3,4
Argentina	3,3	2,9	2,6	2,6	0,9	0,8	0,8	0,7	0,6
Uruguai	0,5	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Paraguai	7,9	7,8	4,3	5,8	5	3,3	1,8	2,4	1,7

Fonte: FMI (World Bank)

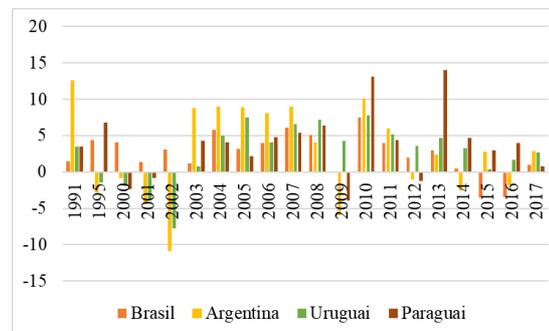
No tocante ao PIB, percebe-se que as discrepâncias no que se refere ao tamanho e volume são imensas. O Brasil atingiu a casa dos U\$ trilhões desde 2005 – em 2011, teve um resultado de U\$ 2,6 trilhões – enquanto o Uruguai e o Paraguai ainda não chegaram nos U\$ 60 bilhões. O Paraguai, menos ainda, sempre com uma oscilação de U\$ 20-30 bilhões. A Argentina é a que mais se aproximou do PIB brasileiro, atingindo U\$ 637, 5 bilhões em 2017.

Gráfico 1. PIB (U\$ bilhões)



Fonte: FMI (World Bank)

Gráfico 2. Crescimento anual do PIB %



Fonte: FMI (World Bank)

Com relação ao crescimento do PIB (%), percebe-se que os “países menores” apresentaram boas porcentagens de crescimento, apesar das oscilações, principalmente durante os períodos de crise dos sócios maiores. Entretanto, observa-se uma tendência de diminuição das taxas de crescimento a partir de 2010. O Brasil, que em 2010 apresentou 7,5% de crescimento (uma rápida recuperação após a crise de 2008), em 2011 já observava 4%, seguido por 1,9% em 2012, 3% em 2014, e 0,5% em 2014. Nos anos de 2015 e 2016, obteve taxas negativas (-3,5% em ambos os anos), voltando ligeiramente com o crescimento de 1% em 2017. A Argentina, após seu desempenho de -5,9% em 2009, obteve níveis de 10% em 2010, 6% em 2011, -1% em 2012 e 2,4% em 2013. A partir de então, testemunhou somente taxas negativas, interrompida por um ligeiro crescimento de 2,7% em 2015.

O Uruguai e o Paraguai mostraram-se sendo os países mais estáveis. Apesar da diminuição dos níveis de crescimento a partir de 2010, o Uruguai foi o único país a apresentar taxas positivas em 2009 (4,2%). Já o Paraguai – com exceção dos anos de 2009 e 2012 – também demonstrou taxas significativas de crescimento em todos os anos após 2003, sendo o único país, além da Argentina, a apresentar valores maiores que 10%.

Embora as assimetrias estruturais ainda representem um problema na integração regional desses países, principalmente no que consta a promoção de políticas, criação de instituições e normas supranacionais (SOUZA; OLIVIERA; GONÇALVES, 2010), as menores economias – Uruguai e Paraguai – obtiveram bons resultados econômicos desde a criação do MERCOSUL. Entretanto, “os notáveis ganhos em termos das relações de troca registrados nos últimos anos foram diferenciados em favor dos sócios maiores” (BAUMANN, 2011, p. 34).

A criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM),

consistiu em uma tentativa de contornar o problema. O Fundo, destinado a financiar projetos infraestruturais, destina recursos à Universidade da América Latina (UNILA), ao Programa de Ação Mercosul Livre da Febre Aftosa (PAMA), à linha de transmissão de energia de Itaipu para a capital paraguaia; e a linha de transmissão San Carlos-Candiota, no Uruguai, além de reabilitação de vias férreas (SOUZA; BISETTO; BARROS, 2017). Apesar disso, o Fundo encontra-se com o orçamento estacionado desde sua criação, em 2004, de US\$100 milhões ao ano, subindo apenas uma pequena porcentagem com a entrada da Venezuela em 2014 – para US\$127 milhões (SOUZA; BISETTO, BARROS, 2017).

Ainda que os países tenham tido um avanço significativo no que consta ao aumento do PIB, dos indicadores sociais, crescimento dos fluxos comerciais, coordenação de políticas macroeconômicas, criação do FOCEM, de canais de negociação, Parlasul, aumento da complexidade nos organismos institucionais, etc., é necessário ainda resolver algumas pendências, tal como afirma Bernal Meza (*apud* RODRIGUES, 2016, p. 12):

Adaptar e fortalecer a estrutura institucional; especificar uma ordem jurídica regional e a aplicabilidade dos regulamentos; (...) valorização do Fórum Consultivo Econômico e Social (...); reforçar o papel da Comissão Parlamentar Conjunta através da sua participação em negociações e articulação com os outros órgãos de decisão com o objetivo de formar um parlamento regional através de eleições diretas; (...) promover a cooperação entre os institutos de pesquisa social para criar indicadores sociais harmonizados que sirvam de base para o desenvolvimento das políticas sociais dos países; finalizar acordos em diferentes áreas (migração, procedimentos, cooperação judicial), para facilitar procedimentos para o cidadão regional (BERNAL-MEZA *apud* RODRIGUES, 2016, p. 12).

O Brasil, despontando como a maior e mais complexa economia, demonstra uma "clara preferência pela manutenção de sua autonomia nessas negociações e opta muitas vezes pelo estabelecimento de alianças com outros países em desenvolvimento nas negociações da OMC" (SOUZA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2010, p. 8).

Luce (2007), seguindo a mesma ideia de Rui Marini (1973), aponta a presença de um *subimperialismo* brasileiro no continente, uma vez que as perspectivas de integração regional²⁷ dos países menores estariam ligadas ao Brasil – apesar disso não ser acertado ainda no meio acadêmico. Soma-se isso ao fato da internacionalização de empresas brasileiras no continente estar cada vez mais presente (SOUZA; BISETTO, BARROS, 2017). Assim, a permanência e funcionamento do MERCOSUL está fortemente ligada à vontade política do Brasil e à sua decisão de liderança regional, como o centro polarizador da integração na América Platina. Caso o papel do Brasil nesse contexto não seja desempenhado de modo a promover um melhor diálogo político, econômico e

²⁷ Para Luce (2007), entende-se como integração regional o *sistema regional de poder*, no qual os EUA desempenhariam o papel dominante enquanto o Brasil “assume funções de potência regional que busca assegurar uma esfera de influência própria na América do Sul” (LUCE, 2007, p. 8-9).

internacional, corre-se o risco de os países platinos preferirem e buscarem alinhamentos com potências extrarregionais (RODRIGUES, 2016).

A aproximação da China e a sua proposta de firmar acordos de livre comércio com os países membros do bloco é um importante desafio, já que o gigante asiático vem substituindo os Estados Unidos como principal parceiro comercial dos países platinos, o que termina por vincular as economias mais vulneráveis a uma das maiores e mais dinâmicas economias do mundo (PIERI, 2014).

Além disso, as “normas e instituições do MERCOSUL permanecem altamente vulneráveis às mudanças de governos e orientações políticas nos países membros” (SOUZA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2010, p. 8). Durante os anos 2000, pode-se perceber uma maior visão progressista na região, pela confluência de governos de esquerda – ou ligados a um neodesenvolvimentismo – que propiciaram políticas de autonomia em detrimento da dependência de agentes externos. A maior parte do arcabouço institucional de fortalecimento da integração foi criado nesse período. No entanto, a partir de 2016, esse quadro mudou, com o avanço neoliberal em todos os países, com exceção do Uruguai, o que vem gerando certa onda de instabilidade no bloco²⁸. Deste modo, os países membros sofrem com a aparente falta de compreensão de que o MERCOSUL pode ser o promotor do desenvolvimento regional, principalmente por meio de políticas que visem a diminuição das assimetrias entre seus sócios.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, percebe-se que a integração regional na América Platina é essencial para os países que a compõem, considerando todos os fatores históricos, políticos e econômicos que assolam a região.

A superação destes desafios e o aprofundamento da complementaridade entre os países, sobretudo com o Brasil, constitui-se numa possibilidade que determinará o papel da América Platina no século XXI. Isso por que as desvantagens em termos do tamanho reduzido da economia – ou seja, a falta de resíduos positivos quanto ao aspecto da economia de escala – e em termos do difícil acesso aos portos do comércio mundial (como é o caso do Paraguai) somente poderão ser relativizados dentro de uma integração regional efetiva, sendo a única maneira pela qual “países pequenos não fiquem descolados da atual onda de globalização” (KRAUER, 2009. P. 179).

A expectativa é de um processo em que as diversas iniciativas se tornem sinérgicas, ao mesmo tempo em que o enfrentamento da desigualdade, a desconstrução das assimetrias regionais, a construção de uma identidade regional, a instauração de uma complementaridade, cooperação e autodeterminação entre os povos e as nações, a inserção

²⁸ O Uruguai está se afastando cada mais do MERCOSUL, considerando até mesmo uma saída do bloco (EL PAÍS, 2016) e a promoção um acordo bilateral de comércio com a China, enquanto os outros membros estudam fazer alianças com a União Europeia e com o Canadá (EL PAÍS, 2018).

internacional mais soberana e a ampliação da participação de componentes sociais representem um objetivo comum. Este o papel central dos avanços e desafios do MERCOSUL rumo ao desenvolvimento e à integração na América Platina.

Bibliografia

AZAMBUJA, M. C. O reordenamento Sarney-Alfonsín. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: FUNAG, 2012. p. 79-85.

BAUMANN, R; MUSSI, C. **Mercosul: então e agora**. CEPAL, 2006.

BAUMANN, R. **O Mercosul aos vinte anos: uma avaliação econômica**. Brasília: IPEA, 2011. (Texto para discussão n. 1627).

DORATIO, F. A formação dos Estados nacionais no Cone Sul. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: FUNAG, 2012. p. 19-43.

KRAUER, J. C. H. **Paraguai: os desafios de uma economia mediterrânea**. In: Ed. Carlos Henrique Cardim. *Diplomacia, Estratégia e Política*. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, nº 10, Outubro/Dezembro, 2009, p. 162-181.

LUCE, M. S. **O Subimperialismo Revisitado: a Política de Integração Regional do Governo Lula (2003-2007)**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007. (Dissertação de Mestrado)

SOUZA, A; OLIVEIRA, I. T. M; GONÇALVES, S.S. **Integrando desiguais: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul**. Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

MENDONÇA, H (10 de março de 2018). **Mercosul reage a protecionismo de Trump e busca acordo comercial com o Canadá**. *EL PAÍS*. São Paulo. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/09/economia/1520614843_150254.html>

Acessado em 09 de Agosto de 2018.

MARTÍNEZ, M (24 de dezembro de 2016). **Uruxit: o Uruguai se afasta do Mercosul**. *EL PAÍS*. Montevideú. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/23/economia/1482447953_714254.html> Acessado em 09 de Agosto de 2018.

NETO et al. Relações do Brasil com a América do Sul após a Guerra Fria: política externa, integração, segurança e energia. In: **O Brasil e as novas dimensões da integração regional**. Walter Antonio Desiderá Neto (Org), Rio de Janeiro. Ipea: 2014.

NOGUEIRA, J. M. F. **América do Sul: uma visão geopolítica**. n. 20. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional - IDN, 2015.

PEREIRA, L. V. **Brasil, Argentina e o projeto Mercosul: relações comerciais para definir a parceria?** *Boletim Macro IBRE*. Comércio Exterior. p. 52-56, 2011.

PIERI, V. S. G. **Dilemas da integração sul-americana: entre a geoestratégia da contenção e a geoeconomia da concorrência**. 2014. 198 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

QUEIROZ, F. A. D. **Hidropolítica e segurança: as bacias Platina e Amazônica em**

perspectiva comparada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

RODRIGUES, B. S. **Mercosul**: 25 anos de avanços e desafios. Rio de Janeiro: SimpoRI. v. 5, n. 1 (2016).

SILVA, L. P. B. 2017. **Hidropolítica sul-americana e a bacia do Prata**: o lugar das sub-bacias em zonas de fronteira internacional. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOUZA, A. M; BISETTO, C. S; BARROS, R. Y. V. **Integração regional e as relações Brasil-Uruguai**. In: XXXI Congreso ALAS: las encrucijadas abiertas de América Latina, La sociologia en tiempos de cambio, 3-8 Dezembro, Uruguay, 2017.

VILLELA, A. M. **O Tratado da Bacia do Prata**. Revista de Informação Legislativa. Brasília, v. 21, n. 81, p. 147-176, 1984.